

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) DIRETOR (A) DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP – DETRAN.

Processo de suspensão do direito de dirigir nº 696257/2025

Notificação da penalidade expedida fora do prazo legal de 180 dias

Violação da Resolução 844/2021 do CONTRAN

RICARDO AUGUSTO VALEIJE ABRAHAO

brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 27590310inscrito no CPF nº 153.903.728-24 residente e domiciliado no endereço cadastrado na base deste órgão, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, propor:

RECURSO ADMINISTRATIVO PARA ANULAÇÃO DA P.A 696257/2025

I – DOS FATOS

O requerente, teve contra si instaurado um processo administrativo de suspensão sob o número 696257/2025, instaurado pelo órgão requerido, que tramitou na obscuridade por ter havido a **DECADÊNCIA DO DIREITO DE PUNIR**, vejamos:

< Apresentar defesa ou recurso de suspensão ou cassação da CNH

Processo						
						695257/2025
Auto da infração	Placa	Município placa	Data infração	Pontuação	Enquadramento	Município infração
L000028574	FSI6J35	DESCONHECIDO	07/07/2024	7	6050-Avan o sin verm do sema f exc se houver sinaliz perm livre conv a dir -fisc eletr	PONTA GROSSA
1VA1114881	FSI6J35	SAO PAULO	08/07/2024	4	7455-Transitar em velocidade superior a maxima permitida em ate 20%	SAO PAULO
1VA1114174	FSI6J35	SAO PAULO	08/07/2024	4	7455-Transitar em velocidade superior a maxima permitida em ate 20%	SAO PAULO
1VA1119407	FSI6J35	SAO PAULO	15/07/2024	4	7455-Transitar em velocidade superior a maxima permitida em ate 20%	SAO PAULO
1VA1118141	FSI6J35	SAO PAULO	15/07/2024	4	7455-Transitar em velocidade superior a maxima permitida em ate 20%	SAO PAULO

O requerente foi autuado em 2024 e o processo administrativo de suspensão foi instaurado mais de **TRÊS MESES DEPOIS!**

De acordo com o que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro e a Resolução 844/2021 do CONTRAN, quando não é apresentada a defesa prévia, como aconteceu no caso do requerente a notificação da penalidade deveria ter sido expedida em até 180 dias, diante disso, é clara a violação do direito do requerente pelo requerido, uma vez que a notificação de penalidade **foi expedida fora do prazo legal.**

"Resolução 844/2021: Art. 8º (...)

§ 3º O prazo para expedição da notificação da penalidade de suspensão do direito de dirigir de que trata o caput é de 180 (cento e oitenta) dias ou de 360 (trezentos e sessenta) dias, se houver defesa prévia, na forma do art. 282 do CTB. (NR)

CTB: Art. 282. **Caso a defesa prévia seja indeferida ou não seja apresentada no prazo estabelecido, será aplicada a penalidade e expedida notificação** ao proprietário do veículo ou ao infrator, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil que assegure a ciência da imposição da penalidade.

§ 6º O prazo para expedição das notificações das penalidades previstas no art. 256 deste Código é de 180 (cento e oitenta) dias ou, se houver interposição de defesa prévia, de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado:
(...)

§ 7º O descumprimento dos prazos previstos no § 6º deste artigo implicará a decadência do direito de aplicar a respectiva penalidade."

Em razão do requerente não ter apresentado defesa prévia no processo de infração, pois, não recebeu notificação de abertura, o prazo de 180 dias deveria ter sido respeitado, uma vez que, **o envio da notificação de penalidade fora do prazo, importa em decadência da pretensão punitiva**, tornando incabível a aplicação da penalidade, tornando **todo processo de suspensão do direito de dirigir nulo.**

Identificada a nulidade praticada pela requerida na instauração do processo administrativo de suspensão, que ficou comprovada, pois descumpriu os requisitos da resolução e expediu a notificação da penalidade fora do prazo de 180 dias, tendo decaído seu direito de aplicar a penalidade, pretende o requerente a prestação jurisdicional para que tenha seus direitos restaurados frente aos atos inconstitucionais praticados pelo DETRAN/SP, para tornar nula a penalidade aplicada.

II – DO MÉRITO

DA VIOLAÇÃO DA RESOLUÇÃO 844/2021 DO CONTRAN E DO ART. 282 DO CTB:

Como foi exposto a notificação da penalidade foi expedida intempestivamente, fora do prazo estabelecido pela Resolução 844/2021 do CONTRAN, vigente à época, que estabelece que: “O prazo para expedição da notificação da penalidade de suspensão do direito de dirigir de que trata o caput é de 180 (cento e oitenta) dias ou de 360 (trezentos e sessenta) dias, se houver defesa prévia, na forma do art. 282 do CTB. (NR)”.

Neste mesmo sentido, o artigo 282 do CTB, prevê que nos casos em que não é apresentada a defesa prévia, deve o órgão expedir a notificação de penalidade no prazo de 180 dias.

DA DECADÊNCIA DO DIREITO DE PUNIR

É válido deixar em evidência que ocorreram graves erros na instauração e tramitação do processo administrativo de suspensão que se pugna nos autos que levam à nulidade, pois houve decadência do direito de punir, artigo 282, §6º e 7º do Código de Trânsito Brasileiro.

O processo administrativo da infração de trânsito N° GVB2141918 que deu origem a instauração do processo administrativo de suspensão nº 696257/2025, foi concluído em 2024, ou seja, o processo administrativo de suspensão foi instaurado mesmo passando-se mais de UM ANO E SEIS MESES da aplicação da multa!!!!

Fica claro que ocorreu o fenômeno da **DECADÊNCIA**, nos termos do artigo 282, §6º e §7º do CTB.

“Art. 282. Caso a defesa prévia seja indeferida ou não seja apresentada no prazo estabelecido, será aplicada a penalidade e expedida notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil que assegure a ciência da imposição da penalidade. (...)

§ 6º O prazo para expedição das notificações das penalidades previstas no art. 256 deste Código é de 180 (cento e oitenta) dias ou, se houver interposição de defesa prévia, de 360

(trezentos e sessenta) dias, contado: [...] II - no caso das demais penalidades previstas no art.

256 deste Código, da conclusão do processo administrativo da penalidade que lhe der causa.

(...) § 7º O descumprimento dos prazos previstos no § 6º deste artigo implicará a decadência do direito de aplicar a respectiva penalidade.”

Dessa forma, uma vez que houve um lapso temporal de mais de UM ANO E SEIS MESES entre a conclusão do processo administrativo da infração que deu causa à instauração da suspensão do direito de dirigir, certo é que houve decadência do direito de aplicar a penalidade **culminando-se em uma causa de nulidade**.

Por ter havido a incidência da decadência do direito de punir, deve ser anulado o processo administrativo de suspensão.

DA APLICAÇÃO DA DECADÊNCIA DO DIREITO DE PUNIR AOS PROCESSOS DE SUSPENSÃO/suspensão.

A aplicação da decadência à multa e advertência por escrito estão expressamente previstas no inciso I e §6º, do artigo 282, do Código de Trânsito Brasileiro.

As demais penalidades, como mencionado, estão expressamente previstas no inciso II, do §6º, do artigo 282, do CTB, não havendo outra interpretação possível, já que expressamente o artigo 282 fez a previsão da aplicação da decadência do direito de punir a todas as penalidades do artigo 256, separando-as em dois incisos.

O texto do artigo 282 é simples de ser analisado, a redação do inciso II e do §6º do artigo 282 do CTB, prevê em sua norma “AS DEMAIS PENALIDADES”, leia-se: suspensão do direito de dirigir, suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, suspensão da Permissão para Dirigir e frequência obrigatória em curso de reciclagem.

Não havendo apresentação de defesa prévia ao processo, a autoridade de trânsito deve julgar a peça no máximo de 180 dias, expedindo a notificação de indeferimento e aplicação da penalidade ao infrator, contados DA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DA PENALIDADE QUE LHE DER CAUSA.

Neste caso, o processo administrativo da penalidade que deu causa é o AIT Nº GVB2141918, que foi concluído em 2024, sendo esta data o termo inicial da contagem do prazo de 180 dias previstos no artigo 282.

Mas e se a autoridade de trânsito não se atentar a esse prazo?

A resposta também está no artigo 282, em seu §7º: *“o descumprimento dos prazos previstos no §6º deste artigo implicará a decadência do direito de aplicar a respectiva penalidade.”* (grifo nosso)

Fica cristalino que a decadência do direito de punir prevista no §6º do artigo 282 do CTB, se aplica a suspensão do direito de dirigir.

DA PROBABILIDADE DO DIREITO

Nota-se que o processo administrativo de suspensão nº 696257/2025 foi instruído de maneira incorreta, tendo em vista, que a expedição da notificação da penalidade fora feita fora do prazo estabelecido pela Resolução 844/2021 do CONTRAN.

Fatos comprovados pelos documentos juntados aos autos, colhidos na própria autarquia requerida, assim, ficam claras as nulidades apontadas e por consequência a probabilidade do direito aqui pleiteado.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

I – Seja considerado nulo o processo administrativo de suspensão do direito de dirigir nº 696257/2025, no tocante as penalidades impostas ao requerente, uma vez que comprovada a nulidade pela expedição de notificação de penalidade fora do prazo legal, que gerou a decadência da pretensão punitiva, nos termos da Resolução 844/2021 do CONTRAN e dos artigos 256 e 282, §6º e 7º do CTB.

Pretende provar suas alegações por todos os meios em Direito admitidos.

São Paulo, 30 de junho de 2025

RICARDO AUGUSTO VALEIJE ABRAHAO

